



TEMA B: MODOS DE HABITAR

O ESPAÇO DOMÉSTICO PARA ALÉM DA SALA DE ESTAR [1]

Lições para a contemporaneidade da intervenção de Vítor Figueiredo em Olivais Sul
(1960)



Vanda Maldonado^a Eduardo Fernandes^b

a - Arquiteta, Doutoranda, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Lab2PT, vanda.maldonado@sapo.pt

b – Arquiteto, Professor, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Lab2PT, eduardo@arquitetura.uminho.pt

Nota:

O presente artigo insere-se no âmbito da investigação de doutoramento em curso de Vanda Filipa Maldonado de Vasconcelos Correia, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através do Programa Operacional Capital Humano (POCH), participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES, com a referência SFRH/BD/110635/2015.

Este trabalho tem também o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.

Resumo

Atualmente, as soluções habitacionais correntes tendem a basear-se, sobretudo, no modelo bipartido herdado do Movimento Moderno (zona diurna, zona noturna) cujo desenho parte de uma estrutura hierarquizada, com uma organização bastante rígida, que elege a sala comum como protagonista, e que determina, à *priori*, usos específicos para cada compartimento e para cada espaço.

Acreditando que o mais profundo sentido da arquitetura reside na sua capacidade de responder às necessidades e aos desejos do ser humano, proporcionando conforto e estabilidade nas suas relações com os espaços que o rodeiam (habitação, vizinhança e cidade), questionamos até que ponto a rigidez daquele modelo se ajusta à sociedade contemporânea, numa perspetiva de presente e de futuro; até que ponto se mostra capaz de responder à diversidade atual de estruturas familiares e de necessidades decorrentes da evolução das famílias e dos seus modos de vida nomeadamente, o aumento ou a diminuição do número de membros do agregado familiar, as exigências dos diferentes níveis etários dos seus membros e as alterações associadas ao acolhimento de ascendentes ou descendentes.

É no âmbito desta problemática contemporânea da adequação dos espaços do habitar aos modos de habitar, que encontramos na atividade que o arquiteto Vítor Figueiredo desenvolveu (em autoria ou em coautoria) nas décadas de 60 e 70 no âmbito da habitação social em Portugal, um importante contributo.

Com base no exemplo da intervenção que este autor desenvolveu no conjunto habitacional de Olivais Sul (Lisboa), em parceria com o arquiteto Vasco Lobo, pretendemos mostrar a pertinência do seu trabalho enquanto proposta alternativa que resgata criativamente o passado e a tradição, não numa perspetiva nostálgica, mas com um sentido operativo, de presente e de futuro.

Acreditamos que as tipologias propostas por Vítor Figueiredo naquele que foi o seu primeiro projeto de habitação social, perseguem o princípio de liberdade - tanto do seu do criador, como do utilizador - que se reflete no conceito de casa adaptável, com capacidade para ser apropriável por diversos tipos de estruturas familiares, bem como responder a novas necessidades que surjam no seio do agregado familiar.

Acreditamos que a planta compartimentada sem uma hierarquia marcante, constituída por divisões e espaços com dimensões idênticas (salas, quartos e espaços de circulação), bem como o desenho de espaços para os quais não se atribui um uso específico, são elementos chave para os desafios do espaço doméstico atual, um espaço que Vítor Figueiredo, já no final da década de 90, critica da seguinte forma:

“O sistema determina que a sala é a sala - com trinta metros quadrados e uma lareira - que o quarto é o quarto de casal - com uma casa de banho apenas, tipo *suite* de hotel; e as pessoas vão para lá morar e vão ficando domesticadas e inertes. Acabaram-se os grandes vestíbulos e outros espaços valiosos” [2].

Palavras-chave: habitação, habitar, adaptabilidade, Vítor Figueiredo, Olivais Sul

1. O fim do encanto das casas antigas [3]

A cidade é composta de pessoas, pessoas que procuram na cidade o meio de se relacionarem com outras pessoas: o contacto público, sem compromissos familiares, é um valor precioso.

Esse contacto pode ser a mera observação dos outros, uma conversa espontânea com um desconhecido (contactos anónimos, que, assegurando a manutenção da privacidade do indivíduo, proporcionam-lhe um sentimento de inserção social) [4] ou com vizinhos e conhecidos (laços que, embora ténues, permitem uma sensação de segurança e integração urbana) ou ainda o conjunto de relações que resulta dos rituais de relacionamento quotidiano (na escola, no trabalho, no café, etc.) que proporciona um conjunto de relações de alguma intimidade, criando um conjunto importante de relações humanas fora do âmbito exclusivamente familiar.

No entanto, só quando um determinado ambiente urbano possui alguma história, alguns anos de relacionamento dos habitantes ou utentes (tanto com o espaço como uns com os outros), é possível que se estabeleçam relações baseadas em hábitos semelhantes de apropriação dos espaços públicos e coletivos. Este tipo de interação não depende tanto das características formais dos espaços urbanos, como dos tempos de vivência, por parte dos seus habitantes, e do modo como estes interagem com o meio em que se inserem.

Este tipo de cultura urbana exige tempo... e o tempo é hoje um valor escasso.

A evolução das vivências urbanas, nas últimas décadas, levou a uma diminuição dos tempos das relações urbanas, nas relações que o indivíduo estabelece com os espaços, nas suas deslocações casa – trabalho – educação – comércio - tempos livres – desporto.

A habitação, programa basilar deste conjunto de interações urbanas, conheceu recentemente uma mudança de paradigma: a casa já não é para a vida, trocar de casa é cada vez mais frequente, na procura de uma melhor localização estratégica, pela mudança de referentes profissionais ou para a satisfação de novas necessidades familiares, sociais ou económicas. Em consequência, o tempo em que as populações se fixam numa determinada residência e num determinado espaço urbano, é cada vez menor...

É crescente a velocidade de internacionalização das empresas, dos sistemas produtivos; é necessária uma equivalente velocidade de leitura da evolução dos mercados e das necessidades da procura, que dê resposta aos processos de promoção dos produtos/serviços (concepção-produção-distribuição-comercialização) ao mesmo tempo que se espera uma maior rapidez de retorno do investimento. A velocidade do progresso técnico/científico obriga à preocupação de assegurar uma rápida identificação/utilização de novas técnicas/produtos de modo a atualizar o sistema produtivo. A indústria informática é talvez o exemplo máximo desta espiral de velocidade: quando o produto chega ao mercado está, muitas vezes, na iminência de ficar tecnologicamente obsoleto...

Por outro lado, é cada vez mais rápida a evolução do mercado, criando incerteza nas atividades produtivas e levando a uma cada vez maior necessidade de pesquisa e antecipação, que obriga a grande polivalência produtiva e flexibilidade de gestão. A necessidade de repensar permanentemente o produto, adequando-o às cada vez mais frequentes alterações de mercado, obriga a conciliar economias de escala de produção com economias de variedade; a competitividade já não se mede apenas em relações de preço-qualidade, mas também pela importância da componente diferenciação/variedade. A rapidez de difusão da(s) imagem(s) do produto tem importância crescente - o marketing é agora um componente fundamental na ligação produção-comercialização [5].

Em consequência de tudo isto, a fixação no território das atividades económicas está em constante mutação; as frequentes reformulações organizativas das empresas tornam a localização física do emprego cada vez mais efémera: tende a deslocar-se, seja por deslocalização, por transferência interna dentro da empresa ou mesmo pelo desaparecimento do posto de trabalho. O próprio conceito de emprego é encarado cada vez mais como um valor em permanente mudança: a atitude de busca contínua de melhores situações profissionais (nomeadamente ao nível do salário) substitui o valor “estabilidade de emprego” junto das novas gerações, ao mesmo tempo que o desemprego é uma ameaça crescente.

Neste contexto, a oferta habitacional é também encarada numa perspetiva de mercado, como um bem transacionável que deveria obedecer ao mesmo tipo de regras que afetam o processo de globalização que atravessamos.

Em Portugal, esta necessidade de repensar o produto “habitação” em função de uma ideia de diferenciação/variedade não parece estar a ser convenientemente entendida e aplicada pela generalidade dos promotores. Na generalidade, a oferta do mercado imobiliário português (para venda ou arrendamento), caracteriza-se por um conjunto muito limitado de tipos, que tentam dar resposta às necessidades virtuais de uma gama limitada de clientes potenciais, tipificados: o T3 e o T2 para a família com um ou dois filhos e, mais recentemente, o T1 ou T0 para aluguer de curta duração (em resposta à crescente atratividade turística das cidades de Porto e Lisboa).

O fogo é pensado com grande rigidez na definição funcional dos espaços e na sua organização. Há uma clara separação entre a zona social (entrada, cozinha e sala comum) e a zona privada (quartos e casa de banho), e os espaços de circulação são minimizados, sendo dimensionados, na maioria dos casos, no estrito cumprimento das disposições legais. Neste conjunto, a sala é sempre o espaço protagonista da composição, fixando eternamente o seu estatuto e a sua função. A diferenciação da oferta faz-se, sobretudo (e de acordo com o maior ou menor potencial da localização), em função das possibilidades económicas do cliente alvo, pela área dos espaços do fogo e dos espaços coletivos do edifício, pelos materiais e pelo equipamento doméstico.

Esta abordagem do interior doméstico está ancorada, na sua essência, na história da arquitetura europeia dos últimos cem anos que parece ter tornado consensual uma visão de pendor funcionalista da função habitar. Esta ideia é apoiada, de uma forma genérica, pela convicção de que “a forma segue sempre a função”, célebre frase de Louis Sullivan [6] que sintetiza uma posição teórica que se vai manifestando, de modo mais ou menos evidente, desde o início do século XIX [7], sendo depois desenvolvida, de modo sistematizado, pelos participantes do segundo encontro dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM II (Frankfurt, 1929), sob o tema “Die Wohnung für das Existenzminimum”. Consagra-se a sala comum como imagem de marca dos novos tempos, pondo termo à homogeneidade característica da compartimentação dos apartamentos burgueses do século XIX.

Na conjuntura atual, o tipo de oferta habitacional anteriormente descrito é claramente desadequado; por um lado, por não ter em conta o verdadeiro universo da procura constituído por uma variedade muito grande de situações que não se enquadram na definição tradicional de agregado familiar; por outro, porque não permite uma flexibilidade de usos que dê resposta à evolução das necessidades dos seus ocupantes, ao longo do tempo.

Se a ligação do habitante ao território é hoje cada vez mais efémera, em parte, tal deve-se a este modelo de habitar. De facto, se há razões que motivam a mudança de residência e que não se relacionam com a habitação em si, como sejam alterações ao nível profissional decorrentes do aumento exponencial da velocidade de processos no

mundo que nos rodeia (mudamos de cidade ou de país para estudar, encontrar trabalho, mudar de emprego, ou porque o nosso emprego mudou de sítio), existem outras que, em alguns casos, podem ser motivadas também pelas características das casas. A generalidade das pessoas decide também mudar de casa porque que esta não permite resolver com conforto e eficácia necessidades decorrentes da evolução da família e do seu modo de vida, tais como: o “crescimento e decrescimento do agregado familiar”; “alterações temporárias ou prolongadas” ocorridas no seio da família e que se associam a questões de “solidariedade familiar” (acolher “um descendente adulto, um jovem casal” ou um “casal de idosos”); e também, “mudanças na afectação funcional dos espaços, decorrentes de exigências, mais ou menos prolongadas, próprias de diversos níveis etários e relativas, quer à natural manutenção ou modificação de usos e costumes (...), quer a necessidades específicas de determinados trabalhos de tempos-livres ou próprios de actividades profissionais, que podem ser desempenhados em casa” [8].

Algumas destas mudanças poderiam ser evitadas com uma oferta habitacional mais flexível. No entanto, são poucos os exemplos de promoção de habitação coletiva corrente que levem em conta intencionalmente esta ideia de flexibilidade de usos.

Ressalve-se que a ideia de flexibilidade a que se refere este texto não resulta de uma transformação pré-definida de um espaço subdividido num espaço mais amplo, através de um mecanismo de encerramento móvel (como na arquitetura tradicional japonesa [9] ou na célebre casa Schröder- Schröder, projetada por Gerrit Rietveld e Truus Schröder- Schröder, em 1924) [10]; pelo contrário, implica uma flexibilidade de usos não definida, deixada intencionalmente em aberto pelo projetista para eventuais necessidades do morador, imprevisíveis no momento do projeto (e mesmo, muitas vezes, imprevisíveis no momento da compra ou aluguer do fogo). Por outro lado, este conceito de flexibilidade assenta na possibilidade de dar uma resposta a estas necessidades imponderáveis sem alterar sensivelmente a realidade tectónica do próprio fogo, o que também deixa de lado toda a pesquisa realizada nos últimos cinquenta anos sobre a ideia de habitação evolutiva, de que existem tantos bons exemplos (da Malagueira de Álvaro Siza Vieira às mais recentes experiências de Alexandro Aravena no Chile).

Pretende-se aqui abordar um tipo de adaptabilidade [11] que era usual, quer na casa rural, quer na casa burguesa, até ao século XIX, e que, mais recentemente, se encontra com frequência em situações de reaproveitamento de espaços pré-existentes, mas se torna difícil de reconhecer na oferta corrente do mercado imobiliário português: uma ideia de flexibilidade que encontra um referente paradigmático no *loft* nova-iorquino, que (como refere Iñaki Abalos) está na base de um conjunto de experiências recentes da arquitectura francesa, como a casa Floriac, de Lacaton e Vassal (1993) ou o edifício de habitação social Nemausus (Jean Nouvel, 1987), onde se oferecem “metros cúbicos indeterminados abertos a uma apropriação criativa, numa experiência cujo êxito é inegável por possibilitar uma ampliação da oferta pública de habitações, e uma ampliação não apenas no sentido distributivo, mas também no conceptual, já que rompe com a jaula moderna precisamente ali onde ela é mais densa, mostrando de maneira convincente os resultados que podem ser obtidos sem que se extrapolem os limites económicos da habitação popular” [12].

Outro autor que se tem debruçado sobre esta problemática é Xavier Monteys. No seu livro publicado em 2014 sob o título *La habitación: más allá de la sala de estar*, “denuncia a tendência da habitação contemporânea para a sala de estar-jantar em detrimento dos quartos e de outros espaços que habitualmente se classificam como espaços ‘servidores’” [13], responsabilizando os diversos agentes envolvidos na conceção e na construção de habitações – arquitetos, público e promotores.

Para Monteys, a habitação voltou-se para o terreno da discussão “ecológico-técnica (...) e abandonou o da arquitetura” vivendo-se, atualmente, um clima de clara “manifestação de (...) falta de ideias sobre a casa” [14].

Neste contexto, reclama “uma casa com maior sentido e complexidade” [15] onde todos os espaços e os compartimentos assumam igual importância, o que implica retirar o protagonismo à sala, um elemento que condena o fogo a um uso determinado e imutável. O autor opõe-se, assim, cabalmente, à especialização do espaço doméstico, propondo, pelo contrário, um conceito de flexibilidade que parte da planta compartimentada com base na “isotropia”, ou seja, na “regularidade e homogeneidade das [suas] peças” [16].

De acordo com esta premissa, recorre a exemplos, nesta e em outras publicações, que demonstram uma proximidade a modelos utilizados no passado na perspectiva de “interpretar o seu sentido” [17], associando a referida “regularidade” àquela “que comporta a construção mediante paredes portantes” [18]. É o caso do contraponto que faz (em parceria com Eduard Callís e Anna Puigjaner) à análise comparativa usada por Alexander Klein, em 1928, para demonstrar as vantagens de um esquema funcionalista face a um esquema tradicional do ponto de vista da racionalização da circulação e, conseqüentemente, de uma melhor organização do fogo. Monteys centra-se no modelo de habitação preterido por Klein, acrescentando-lhe duas alternativas de uso mediante a alteração do mobiliário dos diversos espaços (à exceção da cozinha e da instalação sanitária) que põem em evidência a qualidade das ditas casas tradicionais precisamente por permitirem diferentes modos de habitar [19].

Um outro exemplo utilizado por este autor, é o Edifício da Baixa Pombalina em Lisboa onde, não só se encontra aquela homogeneidade - sobretudo nos casos em que as divisões contemplam uma só janela, acompanhando a modulação da fachada -, como também se possibilita que um compartimento possa assumir total autonomia no contexto geral da casa por possuir um acesso exterior próprio, independente da entrada principal. Para o grupo de investigação “Habitar” [20] (coordenado por Xavier Monteys), este tipo de soluções apresenta inúmeras vantagens, nomeadamente: poder “escolher onde localizar os distintos usos da casa”; definir “espaços de relação”; disponibilizar “mais metros de parede para pendurar” e encostar todo o tipo de “coisas”; garantir “maior privacidade” e facilitar “as mudanças de uso (...) simplesmente abrindo ou fechando as portas” [21], uma “operação de grande economia de meios” cuja “motivação não é transformar os espaços, mas sim a forma de os usar” [22].

2. A intervenção de Vítor Figueiredo em Olivais Sul

É neste contexto que o trabalho que o arquiteto Vítor Figueiredo (1929-2004) desenvolveu no âmbito da habitação social em Portugal, desde a década de 60 até à revolução de abril, demonstra a sua pertinência e atualidade.

Figura notável da arquitetura portuguesa deste sector, Vítor Figueiredo colaborou com os mais importantes organismos públicos e estatais - como o Gabinete Técnico da Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa, as Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP) e o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), tendo desenvolvido (em autoria ou em coautoria) mais de três dezenas de intervenções, entre projetos e obras, em contextos urbanos e rurais diversos, na sua maioria sob a denominada Categoria I, a mais exigente ao nível de contenção de áreas e de custos. Vítor Figueiredo considerava que projetar o que denomina “habitação dita social” [23] não significava “projectar para ‘outros’ para pobrezinhos nos gostos, nas necessidades e na fruição” [24] mas sim para pessoas iguais, convicto que “os espaços que nós [arquitetos] propomos aos outros (...) numa habitação, devem ser espaços onde nós próprios nos sentiríamos bem” [25].

De facto, a partir desta visão democrática que “nunca se sujeitou a considerar a ‘habitação social’ como um domínio à parte, com leis próprias e dirigido a determinadas camadas sociais supostamente caracterizadas” [26], Vítor Figueiredo procurou demarcar-se do legado funcionalista herdado do CIAM de Frankfurt - presente na respetiva exposição que reuniu mais de duas dezenas de exemplos de habitações construídas sobretudo na Europa [27] - considerando que “erigido em nome da razão e atendendo unicamente às necessidades objectivamente mensuráveis – a cubicagem x, a área y, a economia z, etc. – o racionalismo tinha forçosamente de trair o homem na sua subjectividade para além do volume de ar que respira e dos metros quadrados sem os quais (...) morre” [28].

Vítor Figueiredo conhecia as realidades Internacional e Portuguesa neste domínio. Sabia que, desde os anos 20, perante uma forte pressão económica e social de construir um elevado número de fogos ao mais baixo custo, a conceção e a construção de habitação social perseguiram a obsessão pelo espaço mínimo; que, de um modo geral, a sala comum adquiria uma hiper multifuncionalidade, reunindo todo o tipo de funções de estar e de refeições, mas também integrando, muitas vezes, o diagrama de circulação da casa, ao constituir peça de atravessamento obrigatório no acesso a quartos e/ou cozinhas; e, ainda, que a própria cozinha nem sempre era autónoma (como a famosa “Cozinha de Frankfurt”), acabando, em muitos casos, por ser integrada na sala, numa lógica de *openspace*.

Portugal não era exceção. De facto, em 1960, ano em que é convidado pelo GTH a participar no plano de Olivais Sul em Lisboa (um plano que envolveu a construção de habitação social em larga escala [29]), apesar do contexto português ser marcado por duas tendências que se dividiam entre a adoção do Moderno – numa versão Estilo Internacional ou Arquitetura orgânica, tal como Bruno Zevi apresentara na sua *História da Arquitectura Moderna* em 1950 [30] e Portas divulgara após 1956 na revista *Arquitectura* - e a sua revisão com base numa perspectiva de um Moderno permeável à história e à tradição, verificava-se que, em termos tipológicos, aquele modelo era uma referência incontornável para a maioria dos arquitetos envolvidos nos diversos programas habitacionais levados a cabo até então em Portugal. É o caso do projeto de Fernando Távora, em Ramalde (1952) [31], de Nuno Teotónio Pereira e de Nuno Portas, em Barcelos (1958) [32] e de João Vasconcelos Esteves, em Olivais Norte (1959) [33], entre outros. Na obra de Olivais Sul, Vítor Figueiredo e Vasco Lobo - arquiteto com quem estabelece parceria neste projeto - procuram alternativas capazes de responder com realismo e humanismo “às crescentes exigências de fruição” no sentido de garantir um “mínimo de dignidade e [de] definição arquitectónica” [34].

Neste contexto e conscientes do papel da habitação enquanto instrumento de transformação progressiva e profunda da vida familiar, preconizam um leque de funções variado para o seu interior, considerando que “para além dos pobres lugares onde se come, cozinha ou dorme” (a realidade de origem de muitas famílias operárias da época), deve haver espaço para “a comunicação ou o isolamento, o trabalho caseiro, as refeições, o recolhimento, o estudo, o recreio, a vigilância, a recepção, a relação com o exterior” [35]. Persequindo este objetivo, estabelecem uma estratégia que, conforme os próprios autores revelam na memória descritiva da fase inicial do projeto, passa por encarar “corajosamente a resolução das zonas de permanência diurna e de serviço, no sentido de individualizar as diversas funções, encerrando as dependências que lhes correspondem sem prejuízo da sua articulação”. O termo “corajosamente” aparece como superação do que confessam ter sido o “receio (...) de que a solução fosse tomada por menos evoluída ou até regressiva no cotejo com uma experiência de espaços fundidos que a bem ou a mal (...) [vinha] sendo feita” [36].



Fig. 1: a) Edifício de habitação coletiva de sete pisos em Olivais Sul, projecto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960); b) Edifício de habitação coletiva de quatro pisos em Olivais Sul, projecto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Fotografias de Vanda Maldonado, 2013.

A intervenção, que marca a estreia de Vítor Figueiredo no âmbito da habitação social, envolveu a construção de sete edifícios (embora estivessem previstos oito), perfazendo um total de trezentas habitações, situadas na zona centro da designada Célula B [37]. Os edifícios propostos dividem-se em dois tipos: blocos de sete pisos com sistema de acesso em galeria exterior (dois edifícios) e blocos de quatro pisos com sistema de acesso em escada interior (cinco edifícios), ambos com tipologias T2, T3 e T4 de Categoria I (Fig. 1).

Os blocos de sete pisos que, curiosamente, eram as edificações da Categoria I mais altas de Portugal naquela época, apresentam uma geometria angulosa constituída por três corpos desnivelados entre si, articulados por nós de acesso verticais exteriores, estando a galeria, associada a cada volume, voltada para o lado oposto ao(s) do(s) corpo(s) seguinte(s), uma opção que introduz dinamismo na composição das fachadas dos edifícios, intercalando linhas horizontais com verticais (Fig. 2).

Nestes volumes, a tipologia dominante é o T3, sendo descrito como “a unidade base” [38] (Fig. 3).

A planta deste fogo, cujo contorno se aproxima do quadrado, apresenta uma compartimentação que tende a ser homogénea no que toca aos compartimentos habitáveis, uma vez que o acréscimo de área que o espaço legendado como sala tem, relativamente aos restantes, não é suficiente para lhe conferir protagonismo no contexto geral do fogo. A habitação oferece, para além dos cinco compartimentos habitáveis usuais numa tipologia T3 - quartos, sala e cozinha -, um vestíbulo cuja dimensão o faz participar nesta ideia de equidade, deixando em aberto o seu destino em termos de tipos de uso.

O sistema de circulação desenhado garante a cada dependência interior um acesso próprio, tendo como protagonista este vestíbulo central que dá acesso a uma cozinha semiabertura com lugar para refeições, a uma sala encerrada e a um corredor por onde se resolve a entrada nos quartos, na casa de banho e na despensa.

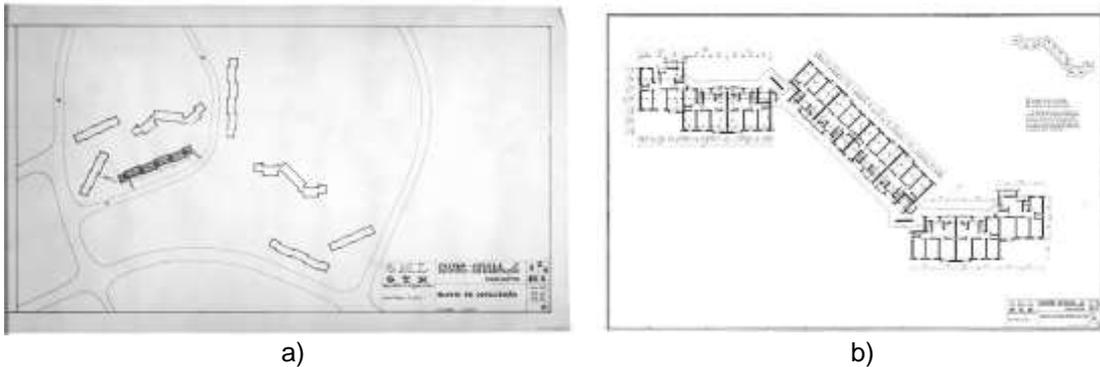


Fig. 2: a) Edifícios de habitação coletiva de sete e de quatro pisos em Olivais Sul, planta de implantação, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-DES 000111; b) Edifício de habitação coletiva de sete pisos em Olivais Sul, planta do piso tipo, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-DES 000135.

Apesar de, à primeira vista, estar implícita a sugestão de duas zonas na casa (social/privada), o facto de as dependências não variarem muito em termos de dimensões, de serem encerradas e de estarem próximas umas das outras, garante ao destinatário a liberdade de usufruir de uma interpretação própria do espaço doméstico, variável ao longo do tempo e de acordo com a sua necessidade ou gosto, podendo ou não coincidir numa determinada altura, com a antevisão do arquiteto traduzida na respetiva legenda. Estamos perante um conceito de função como algo dinâmico e itinerante. Com efeito, fixando o uso da cozinha, os restantes compartimentos habitáveis estão abertos a uma ocupação livre que não envolve qualquer tipo de investimento, podendo acompanhar alterações que surjam no seio da família decorrentes da sua evolução e dos seus modos de vida.

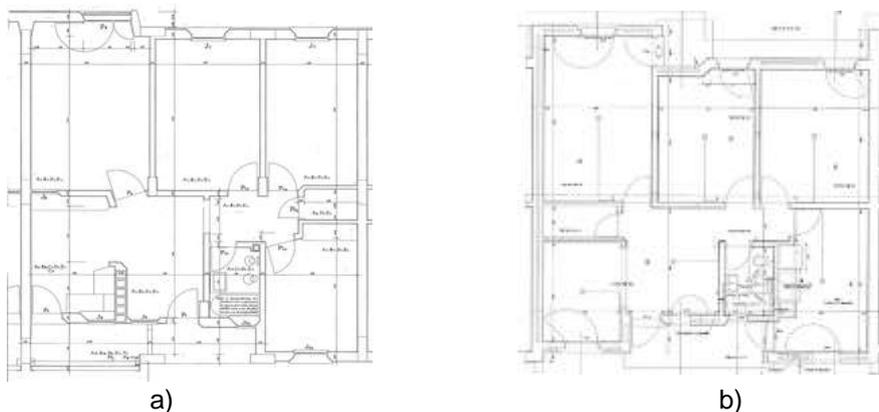


Fig. 3: a) Edifícios de habitação coletiva de sete pisos em Olivais Sul, planta do fogo T3, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-DES 000124; b) Unidade residencial em Benavente, planta do fogo T3/5, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Benavente, 1962). Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-DES 000680.

Não deixa de ser curioso que Vítor Figueiredo (também em parceria com Vasco Lobo) experimente alterações na distribuição funcional, sobre esta mesma estrutura espacial, num outro projeto que desenvolve dois anos depois em Benavente, baralhando o que antes parecia arrumado. De facto, numa das propostas que apresenta para as habita-

ções unifamiliares (denominada T3/5) é a própria cozinha que, dispondo de acesso direto a partir do exterior, é colocada do lado oposto à dos Olivais, ficando em posição diagonal relativamente à sala, ponto de entrada principal da casa (Fig. 3).

Na unidade base dos edifícios de sete pisos, o vestíbulo é também um elemento que, em virtude das suas dimensões, configuração e caracterização, participa desta dinâmica de liberdade na distribuição dos usos da casa, pese embora a sua condição de divisão aberta no fogo lhe imponha limitações (Fig. 4).

Este espaço, que à luz das teorias funcionalistas seria classificado como um desperdício na medida em que obriga a um sacrifício de área em todos os outros compartimentos sem que tal fosse necessário uma vez que poderia fundir-se com parte, ou com toda a zona comum, tem, por outro lado e à luz das convicções dos autores, um importante papel psicológico e simbólico “que pode significar uma dimensão e um sentido de casa que doutro modo e dentro das áreas [sic] permitidas estaria normalmente comprometido” [39].

Entramos no plano da ausência de função ou da função invisível associada ao simbolismo e ao lado psicológico do espaço. Conforme testemunha Vítor Figueiredo, nestas habitações as pessoas “entravam para um espaço desafogado, como sempre se entrou para as casas mais ricas e mais nobres” [40]. O vestíbulo surge assim, como uma espécie de bónus, algo que vai além da necessidade para adquirir, segundo Duarte Cabral de Mello, o estatuto de “supérfluo” [41] pois as funções ditas essenciais encontram guarida nos diversos compartimentos que o envolvem.

Em termos práticos, se é verdade que este “espaço sem legenda” [42] pode ser vivido sem uma utilidade aparente, apenas como um lugar para percorrer e celebrar a sua existência enquanto sinónimo de paisagem libertadora - segundo Vítor Figueiredo “um espaço que não serve para nada, e é a tua alegria” [43] – também é verdade que não deixa de estar aberto a usos concretos, podendo funcionar como um desdobramento da zona diurna servindo, por exemplo, para trabalhos domésticos e/ou um estar informal. Desta forma, a sala poderia ter uma utilização mais formal e recatada (a situação mais desejada e mais comum na época) ou, em caso de necessidade, ser utilizada como divisão encerrada para outros fins, podendo aumentar a capacidade do fogo em termos de quartos de dormir, por exemplo.



Fig. 4: a) e b) Edifícios de habitação coletiva de sete pisos em Olivais Sul, interior do fogo T3, vestíbulo e corredor, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Fotografias de Vanda Maldonado.

Esta polivalência do vestíbulo é confirmada pelo inquérito realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) em 1971 e publicado em 1977. Dos dez casos

analisados (quatro T2 e seis T3) no então intitulado *Inquérito à habitação Urbana: o uso e o espaço dos fogos*, quatro apresentam a descrição “sem act.” (sem atividade), mesmo estando mobilados, três estão associados a uma só tarefa como “costurar”, “passar a roupa” ou “brincar”, e os restantes (todos T2) concentram múltiplos usos, fazendo diversas combinações da função “passar a roupa” (presente em todos os casos) com as funções “estar”, “costurar”, “alimentação-refeições fim-de-semana”, “receber jovens” ou até “actividade profissional” [44].

Em relação aos restantes fogos, se o T2 não revela novidades, já não podemos afirmar o mesmo da outra tipologia (supostamente T4), utilizada como peça de remate dos extremos destes edifícios, fechando as respetivas galerias (Fig. 5).

Apesar desta habitação reproduzir no, seu essencial, a estrutura espacial da unidade base, o facto de acreditarmos que foi concebida como um T3 (conforme confirmam todas as legendas dos periódicos onde foi publicado, e também a própria memória descritiva do projeto onde os autores referem que este T4 “se comporta como um super-T3” [45]) é crucial para que se possa analisar à luz dos mesmos princípios que referimos anteriormente, mantendo a total individualização das funções e a proposta de um espaço supérfluo (pois apesar de a cozinha sofrer uma redução que a retira da homogeneidade global, ainda permite a realização de refeições) [46].

Neste contexto, a simples deslocação da entrada do antigo vestíbulo para uma zona que agora se abre entre a cozinha e a sala (como consequência direta da localização referida) permite que esta divisão passe a articular-se, propositadamente, de forma direta com a nova entrada, ganhando uma situação de independência relativamente aos restantes compartimentos, mas sem a autonomia que referimos relativamente aos edifícios pombalinos.

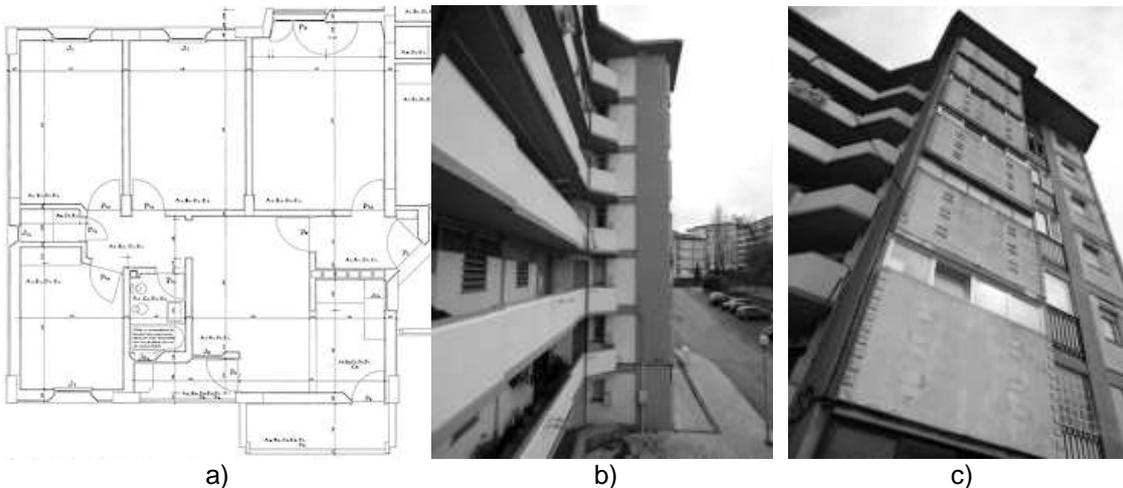


Fig. 5: a) Edifícios de habitação coletiva de sete pisos em Olivais Sul, planta do fogo legendado como T4, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-DES 000125; b) e c) Edifício de habitação coletiva de sete pisos em Olivais Sul, projecto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960); Fotografias de Vanda Maldonado, 2013.

Se na época esta solução respondia ao desejo, já referido, de reservar ainda mais este espaço - o local onde se colocaria a melhor mobília - atualmente, esta situação de autonomia pode significar uma melhor resposta da habitação a situações como, trabalho em casa, vontade de individualização de algum membro da família residente e os já referidos movimentos de chegada ou de regresso de algum familiar. Neste caso, a sala ocuparia uma outra divisão ou, numa situação de emergência, e à semelhança do que

foi referido anteriormente, resolver-se-iam as exigências do estar e das refeições quotidianas entre a cozinha e o espaço anexo que se mantém aberto no fogo (o anterior vestíbulo), abdicando-se de um espaço reservado na habitação.

Passando agora aos edifícios de quatro pisos, verificamos que, ao contrário dos anteriores, apresentam uma geometria mais linear, mas dentada, ou seja, marcada por descontinuidades bem evidenciadas nos planos de fachada (Fig. 6).

Tomando o T3 também como unidade base e pese embora a organização espacial seja distinta, verificamos que o princípio é o mesmo no que diz respeito ao desenho “corajoso” de uma habitação compartimentada, tendencialmente homogênea em termos de quartos e salas, que resolve cada função num espaço individualizado (Fig. 7).

Em virtude de se usar uma base compacta também próxima do quadrado, mantém-se a proximidade entre os diversos espaços que, neste caso, confinam com um só corredor, diluindo a distinção de zonas. Neste sentido, permanece a ideia de rotatividade de funções no que diz respeito a estas dependências.

O outrora ‘espaço perdido’, celebrado no edifício de sete pisos, é aqui também tema de projeto, não só pela presença do corredor, mas talvez sobretudo pela ideia de circuito que objetiva evitar “o *cul-de-sac*” [47] na habitação, de acordo com Vítor Figueiredo.

Esta ideia de construir um percurso sem fim, que atravessa corredores, compartimentos e espaços exteriores, reflete a ambição de conferir “uma outra dimensão à casa” [48], pese embora apresenta alguma fragilidade na medida em que o seu sucesso depende do atravessamento de uma instalação sanitária.

Uma vez mais se valoriza a função circular na habitação como um algo em si, distinto, acrescentando a possibilidade de esta se converter numa espécie de “passeio” interior, em que aquela fragilidade não ofusca o mérito concetual da proposta, considerada em 1965 por Pedro Vieira de Almeida como “uma indicação de procura extremamente valiosa” [49] na desejada “revalorização crítica do espaço perdido” [50].

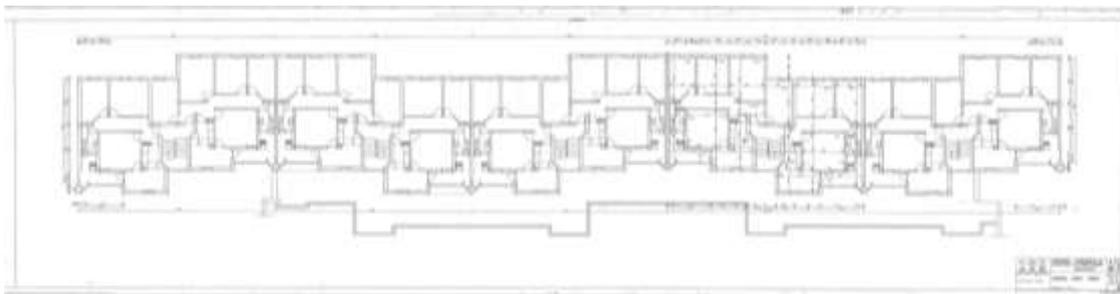


Fig. 6: Edifício de habitação coletiva de quatro pisos em Olivais Sul, planta do piso tipo dos T2 e T4, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-DES 000112.

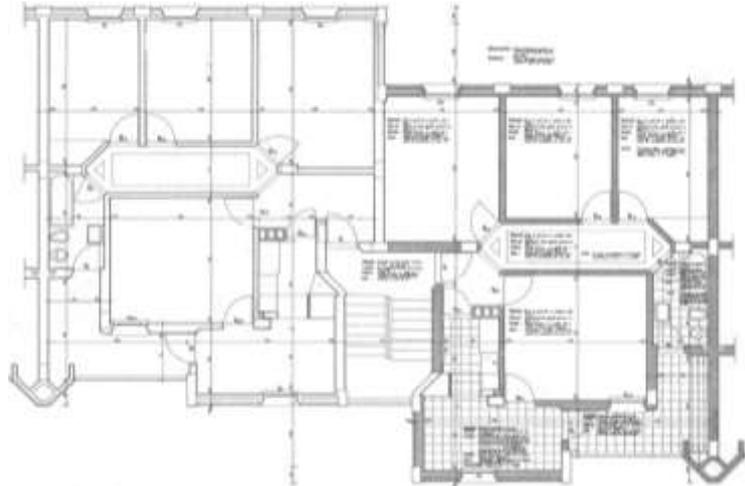


Fig. 7: Edifício de habitação coletiva de quatro pisos em Olivais Sul, planta dos fogos T3, projeto de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo (Lisboa, 1960). Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-DES 000071.

Esta solução, introduz a ilusão e a poesia na habitação, na medida em que transporta para uma certa sensação de infinito, um sentimento que Xavier Monteys considera “fundamental para conseguir uma percepção de maior espaço” [51], valorizando o interior doméstico na sua subjetividade e na sua vertente psicológica.

Ambas as propostas (de quatro e de sete pisos) resgatam, em certa medida, o que Vítor Figueiredo considera ser “o encanto das casas antigas” [52]. Segundo o autor, “as casas antigas tinham vagamente apontadas as suas funções”, por isso, “era frequente a rotação de utilização do próprio espaço” uma vez que “os compartimentos eram suficientemente flexíveis” [53]. No fundo, era “o próprio agregado familiar [que] ia fazendo as suas opções” [54].

Não deixa de ser curioso que o autor continue a revelar, em plena década de 90, uma postura atenta e muito crítica relativamente ao tipo de oferta habitacional. Assim, naquela época, Vítor Figueiredo percebia a rigidez daquela oferta, dizendo que “o sistema determina que a sala é a sala - com trinta metros quadrados e uma lareira- que o quarto é o quarto de casal - com uma casa de banho apenas, tipo *suite* de hotel; e as pessoas vão para lá morar e vão ficando domesticadas e inertes. Acabaram-se os grandes vestibulos e outros espaços valiosos” [55].

4. Conclusões

Numa visão de conjunto, encontramos na proposta de Vítor Figueiredo para Olivais Sul, passadas mais de seis décadas, um caminho que entendemos ir ao encontro das exigências contemporâneas do espaço doméstico, respondendo à multiplicidade de situações que caracteriza a procura, respondendo às necessidades de adaptabilidade às mudanças da organização, composição, ou gosto do agregado familiar e, assim, possibilitando mais tempo às pessoas, na sua relação com o meio urbano onde habitam.

A ideia de uma habitação que rejeita a liderança da sala, optando por uma compartimentação homogénea e compacta que conjuga divisões e espaços com capacidade para serem habitáveis, e que não se apoia numa distinção rígida de zonas no seu interior, sugere complexidade e uma ambiguidade que Monteys considera “como a manifestação mais exata da vitalidade da casa” [56], permitindo a cada habitante uma interpretação e um uso próprios.

As diversas tipologias analisadas mostram uma aposta do autor no desenho de espaços de relação, habitáveis ou não, que é fundamental na conquista desta vitalidade e na valorização implícita do ato circular e percorrer a casa, respondendo, deste modo, ao que Pedro Vieira de Almeida considerava, já em 1965, como uma necessidade fulcral a ter em conta na conceção do espaço doméstico: a criação de “zonas de inércia ou de acção imprecisa” [57]. Estas zonas, que correspondem a áreas intersticiais entre compartimentos - o vestíbulo, o ‘anterior vestíbulo’ ou o corredor – adquirem um valor acrescido, associando-se ao conceito do “supérfluo”, seja por se definirem como espaços sem uma visão apriorística de função, seja por se associarem à referida ideia de circuito. Entendemos, assim, que o conceito de intemporalidade que se tem associado à arquitetura de Vítor Figueiredo, do ponto de vista da forma e da linguagem, se estende a esta intervenção enquanto proposta de habitar.

Referências

- [1] Monteys X. *La habitación. Más allá de la sala de estar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2014.
- [2] Alarcão P. “Entrevista a Vítor Figueiredo”, *Materialização do espaço Interior*, (Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, policopiada), 84, 1997.
- [3] Neves V, Amaral R. “Entrevista a Vítor Figueiredo.” *Arq.a*, 9, 23, 2001.
- [4] Jacobs J. *The Death and Life of Great American Cities*, New York: Penguin Books, 1961.
- [5] Ascher F. *Metapolis ou l’avenir des villes*, Paris: Éditions Odile Jacob, 1995
- [6] Sullivan L. “The Tall Office Building Artistically Considered” (1896), *Teoria e Crítica de Arquitectura - Século XX*. (Coord.: JM. Rodrigues), 13-14, Lisboa: Caleidoscópio / O.A., 2010.
- [7] Ledoux C-N. *L’Architecture considérée sous le rapport de l’art. des mœurs et de la législation*. 1804.
- [8] Coelho AB, Cabrita AR. *Habitação evolutiva e adaptável*, Lisboa: LNEC, 18, 2009.
- [9] Hall ET. (1966) *A Dimensão Oculta*, Relógio d’Água, 1986.
- [10] Friedman AT. “Not a Muse: The Client’s Role at the Rietveld Schroder House”, *The Sex of Architecture* (Coord. D. Agrest, P. Conway, LK. Weisman), New York: Harry N. Abrams Inc., 217-232, 1996
- [11] Coelho AB, Cabrita AR. *Habitação evolutiva e adaptável*, Lisboa: LNEC, 2009.
- [12] Ábalos I. *A boa vida: visita guiada às casas da modernidade*, Barcelona: Ed. Gustavo Gili, SA, 136, 2003.
- [13] Monteys X. *La habitación. Más allá de la sala de estar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 10, 2014.
- [14] Idem, 22
- [15] Idem, 10.
- [16] Idem, 14
- [17] Idem, 36.
- [18] Idem, 14.
- [19] Monteys X, Callís E, Puigjaner A. “Distribució és un terme massa estret!”, *Quaderns d’Architecture e urbanisme*, 250, 56-67, 2006.
- [20] O grupo de investigação “Habitar” é constituído por um grupo de Professores/ Investigadores do Departamento de Proyectos Arquitectónicos da Universidad Politécnica de Cataluña, UPC.

- [21] Monteys X, et al (Habitar grupo de investigación). *Rehabitar en nueve episodios*. Madrid: Lampreave, 218, 2012.
- [22] Idem, 185.
- [23] Gonçalves R, Santos DS. “Entrevista a Vítor Figueiredo”, *D.A.: Documentos de Arquitectura*, 2, 47, 1999.
- [24] Idem, 48.
- [25] Alarcão P. “Entrevista a Vítor Figueiredo”, *Materialização do espaço Interior*, (Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, policopiada), 80, 1997.
- [26] Pereira NT. “Vítor Figueiredo/Arquiteto” *Arquitectura*, 135-4ª série, 26, 1979.
- [27] [May E]. “Ilustraciones”, *La vivienda racional: ponencias de los congresos CIAM 1929-1930* (ed. C. Aymonino), Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA, 153-188, 1973.
- [28] Memória descritiva do Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) da Escola superior de Belas Artes do Porto (ESBAP) de Vítor Figueiredo (1959), FAUP/CDUA/AE/CODA 202, 2.
- [29] Inicialmente, estimava-se a edificação de 7996 fogos para aproximadamente 38 250 pessoas (segundo dados do Serviço de Planeamento. “Urbanização de Olivais Sul”, *Boletim gth*, 1, 17, 1964).
- [30] Zevi B. *História da arquitectura moderna*. Lisboa: Arcádia, 1973 (edição original em 1950).
- [31] Trigueiros L (ed.). *Fernando Távora*, Lisboa: Blau, 54, 1993.
- [32] Grande N. (curador), *O ser urbano nos caminhos de Nuno Portas*, Lisboa: imprensa Nacional Casa da Moeda, 148, 2012.
- [33] Almeida H. “Ficheiros de projectos de edifícios de habitação”, *Boletim gth*, 15, 314, 1968.
- [34] Memória Descritiva do Projecto do edifício de sete pisos em Olivais Sul. IHRU/SIPA, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 00086, 5.
- [35] Memória Descritiva do Anteprojecto da intervenção em Olivais Sul. IHRU/SIPA, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 00085, 5.
- [36] Idem, 8-9.
- [37] Embora todos os desenhos do autor tenham a indicação de Célula C, cremos que a designação correta é B, de acordo com a referência [29] e também com: Ferreira EM. “Ficheiros de projectos-tipo para habitação social em Olivais Sul”, *Boletim gth*, 30-33, 1976/77.
- [38] Memória Descritiva do Projecto do edifício de sete pisos em Olivais Sul. IHRU/SIPA, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 00086, 3.
- [39] Idem, 4.
- [40] Marques LAdeS. “Habitação de standard mínimo. Percurso na obra de Vítor Figueiredo” (Prova Final de Licenciatura, policopiada, Darq. FCTUC), 72-73, 1999.
- [41] Mello DCde. “Vitor Figueiredo. La misere du superflu”, *AA L’Architecture d’Aujourd’Hui Portugal*, 185, 30, 1976.
- [42] Maldonado V. “Vítor Figueiredo. A arquitectura da habitação social para além da necessidade”, *Vítor Figueiredo. Projectos e obras de habitação social 1960-1979*, (Eds.: V Maldonado, PN Borges), 24, 2015.
- [43] Marques LAdeS. “Habitação de standard mínimo. Percurso na obra de Vítor Figueiredo” (Prova Final de Licenciatura, policopiada, Darq. FCTUC), 72, 1999.
- [44] Pereira MdaLV. *Inquérito à habitação urbana: o uso e o espaço dos fogos - vol. I*, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 237 e anexo V s.p, 1977.
- [45] Memória Descritiva do Projecto do edifício de sete pisos em Olivais Sul. IHRU/SIPA, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 00086, 4.
- [46] Note-se que, segundo a própria denominação do GTH (usada na literatura [37] - *boletim gth* 30-33, 252), o “T3 (1)” apresenta uma área habitável de 46.79m² e o

“T3 (2)” - o suposto T4 - 47.81m², o que representa um acréscimo de pouco mais de 1m². Note-se ainda que, caso fosse realmente um T4, a sua área habitável estaria muito aquém da permitida pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas em vigor na época.

- [47] Arenga N (ed). *Vítor Figueiredo: Fragmentos de um discurso*. Porto: Circo de Ideias, 72, 2012.
- [48] Ibidem.
- [49] Almeida PVde. “O espaço perdido. Proposta para a sua revalorização crítica: III-Habitação”, *Jornal de Letras e Artes*, 191, 10, 1965.
- [50] Idem, 8-10.
- [51] Monteys X, et al (Habitar grupo de investigación). *Rehabitar en nueve episodios*. Madrid: Lampreave, 203, 2012.
- [52] Neves V, Amaral R. “Entrevista a Vítor Figueiredo” *Arq.a*, 9, 23, 2001.
- [53] Idem, 22.
- [54] Alarcão P. “Entrevista a Vítor Figueiredo”, *Materialização do espaço Interior*, (Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FAUP, policopiada), 83, 1997.
- [55] Idem, 83-84.
- [56] Monteys X. *La habitación. Más allá de la sala de estar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 10, 2014.
- [57] Almeida, PVde. “O espaço perdido. Proposta para a sua revalorização crítica: III-Habitação”, *Jornal de Letras e Artes*, 191, 9, 1965.

Notas Biográficas

Eduardo Fernandes (Porto, 1966).

Professor Auxiliar do Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade do Minho.

Licenciado em Arquitectura pela FAUP em 1992.

Mestre em Planeamento do Ambiente Urbano pelas FAUP e FEUP em 1998.

Doutorado em Cultura Arquitectónica pela EAUM em 2011, com a tese “A Escolha do Porto, contributos para a actualização de uma ideia de Escola”.

Autor de diversos projetos e textos publicados.

Vanda Maldonado (Coimbra, 1975).

Doutoranda da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) desde outubro de 2015.

Licenciada em Arquitectura pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Darq/ FCTUC) em 2000.

Autora de diversos projetos e com textos publicados.